

RELATÓRIO DE COMPLEMENTAÇÃO

PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL AO EIA / RIMA

Empreendimento “Três Pontes do Atibaia”- Campinas /SP

Janeiro de 2006

1. Introdução	<i>Pág 03</i>
2. Considerações Gerais	<i>Pág 05</i>
3. Principais Unidades de Conservação Existentes	<i>Pág 06</i>
<i>3.1 Unidades de Conservação de Proteção Integral</i>	<i>Pág 06</i>
<i>3.2 Unidades de Conservação de Uso Sustentável</i>	<i>Pág 06</i>
<i>3.3 Unidades de Conservação Existentes na Região</i>	<i>Pág 07</i>
4. Análise das Unidades de Conservação Seleccionadas	<i>Pág 08</i>
<i>4.1 APA Sousas Joaquim Egidio</i>	<i>Pág 08</i>
<i>4.2 Estação Ecológica de Valinhos</i>	<i>Pág 09</i>
<i>4.3 ARIE Santa Genebra</i>	<i>Pág 10</i>
5. Critérios para Alocação dos Recursos de Compensação Ambiental	<i>Pág 10</i>
6. Propostas Preliminares de Alocação de Recursos	<i>Pág 12</i>
<i>6.1 Proposta Estação Ecológica - Valinhos</i>	<i>Pág 12</i>
<i>6.2 Proposta APA Sousas e Joaquim Egidio</i>	<i>Pág 12</i>
<i>6.3 Proposta ARIA – Santa Genebra</i>	<i>Pág 12</i>
<i>6.4 Desembolso da Compensação</i>	<i>Pág 12</i>
7. BIBLIOGRAFIA	<i>Pág 12</i>
8. RESPONSÁVEL TÉCNICO	<i>Pág 12</i>

1. Introdução

Esse relatório tem por objetivo apresentar ao Departamento de Avaliação de Impactos Ambientais - DAIA e a Câmara de Compensação Ambiental – CCA, da Secretaria de Meio Ambiente – SMA, o detalhamento do Programa de Compensação Ambiental Legal, com objetivo de aplicar recursos da ordem de 0,5% do custo total do empreendimento citado, objeto deste Licenciamento Ambiental.

O empreendimento denomina-se “*Três Pontes do Atibaia*” e é objeto do processo de licenciamento ambiental conduzido através da apresentação de um EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental, como rege a lei.

A compensação ambiental legal, de acordo com o estabelecido pelo Artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/2000 - **SNUC**, dever ser aplicada em Unidade de Conservação de Proteção Integral: conforme disposto a seguir:

“Artigo 36: Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/ RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei”.

§1 O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendedor.

§2 Ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/ RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.

§3 Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o caput deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertence ao Grupo e Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo.

Em entendimentos com o DAIA e de acordo com orientações prévias da Câmara de Compensação Ambiental – CCA – responsável pela definição da aplicação dos recursos de

compensação ambiental apresenta-se esta compensação visando o detalhamento da proposta apresentada no âmbito do EIA/ RIMA.

Esse trabalho foi pautado em orientações fornecidas pela CCA da SMA para empreendimentos em processo de licenciamento e submetidos à apresentação de EIA/ RIMA, e que são direcionadas os seguintes aspectos principais:

- Identificar a existência de Unidades de Conservação de domínio público ou privado na região de inserção do empreendimento;
- Elaborar quadro comparativo das unidades com dados básicos como tamanho, finalidade, existência de população residente, entre outros;
- Verificação da situação de cada unidade e função da sequência de itens previstos para a alocação de recursos de compensação;
- Identificar e analisar, se for o caso, o impacto da implantação do empreendimento nas Unidades de Conservação Identificadas;
- Apresentar proposta preliminar de alocação de recursos;
- Considerar a orientação da SMA de privilegiar a alocação de recursos em unidade já instituída e não totalmente implantadas, em detrimento à criação de novas unidades de Conservação.

Considerando-se a fase de estudos técnicos e comerciais do empreendimento, o EIA apresenta a estimativa, com base no estágio atual dos estudos e avaliações (projetos de engenharia) o valor total de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais).

Considerando o percentual definido no EIA de 0,5% do valor do empreendimento, os recursos de compensação a serem aplicados em uma Unidade de Conservação Integral ou de Uso Sustentável, perfazem o total de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais).

A elaboração dessa complementação objetiva assim o atendimento ao estabelecido pela CCA da SMA, considerando sempre os dispositivos da Lei Federal nº 9.985/2000 e de sua regulamentação. Desta maneira, os itens a seguir apresentam o detalhamento da proposta de aplicação dos recursos de compensação ambiental de caráter legal.

O presente relatório indica como possibilidade a serem consideradas a alocação dos recursos do Programa de Compensação Ambiental em atividades inerentes a APA – Área de Proteção Ambiental – Souzas e Joaquim Egidio e / ou para a implementação do Plano de Manejo desta APA, Estação Ecologia de Valinhos, Parque Estadual A.R.A e A.R.I.E Santa Genebra, apenas a APA de Souzas/Joaquim Egidio sofrerá impacto direto decorrente da implantação do empreendimento objeto do processo de licenciamento.

2. Considerações Gerais

O programa apresentado no EIA objetiva o cumprimento à Resolução CONAMA 002/96 e a Lei Federal nº 9.985/00 por meio da identificação e proposição de alternativas para aplicação, a título de medida compensatória, por danos ambientais causados aos ecossistemas, dos recursos financeiros previstos naquela Resolução, e que correspondem a 0,5% do custo total do empreendimento.

Como objetivos específicos apresentados destacam-se:

Indicação dentro da área de influência do empreendimento da Unidade de Conservação, objeto de aplicação dos recursos financeiros estipulados por Lei.

Colaboração para a preservação de áreas remanescentes dos ecossistemas regionais de valor ecológicos tendo em vista proteger espécies da fauna e da flora ameaçada ou em vias de extinção, e contribuir para a manutenção da diversidade genérica.

A proposta inicial apresentada no EIA era de alocação dos recursos para apoio à Unidade de Conservação de Proteção Integral existente nas proximidades do empreendimento, representada pela Estação Ecológica de Valinhos.

Este detalhamento do Programa de Compensação Ambiental foi pautado pelo exposto na apresentação da presente complementação; notadamente no tocante às orientações recentemente definidas pela CCA; e pelas seguintes peculiaridades do presente empreendimento objeto de licenciamento ambiental:

- Trata-se de obra/ empreendimento cujo componente principal é permanente representado pela criação de um empreendimento de urbanismo.
- De acordo com as avaliações ambientais conduzidas a implementação das obras de infra-estruturas não causará impactos diretos ou indiretos em 2 (duas) Unidades de Conservação Ambiental; havendo, portanto a indicação de 1 (uma) UC prioritária (sob esse aspecto) para recebimento dos recursos de compensação, APA de Sousas e Joaquim Egidio e ainda:

A partir dessas considerações foram assumidas as seguintes premissas para o detalhamento do Programa:

- Privilegiar a alocação de recursos – conforme orientações da SMA – em UC já constituída e não totalmente implantada;
- Direcionar a alocação de recursos para Unidade de Conservação de Proteção Integral e de caráter público; e, em nível estadual uma vez que os trabalhos serão desenvolvidos na divisa com a APA do Sistema Cantareira que detêm uma área de mananciais importantíssima para a população de São Paulo.
- Privilegiar a alocação em que não esteja sendo objeto de negociação de medida compensatória de outra natureza e ainda;

- Manter contato com o Instituto Florestal do Estado de São Paulo – entidade responsável pelas unidades de Conservação de Proteção integral existente na área de influência do empreendimento, conforme exposto a seguir:

3. Principais Unidades de Conservação Existentes

As Unidades de Conservação segundo a Lei Federal nº 9.985/2000, são categorizadas de acordo com suas possibilidades de utilização em:

3.1. Unidades de Conservação de Proteção Integral.

As atividades permitidas são: visitação pública com fins de recreação e educação, de acordo com o zoneamento estabelecido nos Planos de Manejo de cada unidade; e as pesquisas científicas, desde que autorizadas. Não há permissão para a ocupação humana e/ ou exploração dos recursos naturais em seu interior.

O objetivo desta categoria de unidade de Conservação é a preservação da natureza, sendo permitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais com exceção dos casos previstos na Lei do SNUC – *Sistema Nacional de Unidade de Conservação*. As unidades de conservação que compõem esta categoria são:

1. - Estação Ecológica;
2. - Reserva Biológica;
3. - Parque Nacional e Estadual;
4. - Monumento Natural;
5. - Refúgio da Vida Silvestre.

3.2 Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Nesta categoria de Unidade de Conservação, permite-se manejo sustentável de parte de seus recursos. Seu objetivo é compatibilizar a conservação da natureza como uso sustentável de uma parcela de seus recursos naturais, e compreendem as seguintes Unidades:

- - Área de Proteção Ambiental;
- - Área de Relevante Interesse Ecológico;
- - Floresta Nacional;
- - Reserva Extrativista;
- - Reserva de Fauna;
- - Reserva de Desenvolvimento Sustentável;
- - Reserva Particular do Patrimônio Natural

3.3 Unidade de Conservação Existentes na Região

Com base nas definições expostas e em conformidade com a lei 9.985/2000 apresentadas a seguir, foram detectadas duas Unidades de Conservação de Proteção Integral situadas próximas à área de inserção do empreendimento administradas pelo Instituto Florestal do Estado de São Paulo:

- Estação Ecológica de Valinhos;
- Parque estadual ARA Valinhos

De acordo com o disposto no artigo 36 da Lei 9.985/2000, reproduzido a seguir, a compensação deve ser direcionada a **Unidade de Conservação de Proteção Integral**, e quando o empreendimento afetar diretamente uma determinada unidade, mesmo que esta não seja de proteção integral, a mesma deverá ser contemplada pela compensação ambiental.

As unidades de Conservação Estaduais identificadas na região configuram como sendo de Proteção Integral, cabendo, portanto, a CCA a avaliação e a escolha das unidades a serem beneficiadas com os recursos da compensação ambiental, com base nas informações solicitadas e apresentadas no próximo item deste relatório, além de duas unidades de conservação de uso sustentável.

A utilização dos recursos da compensação ambiental deverá estar de acordo com o Capítulo VIII do Decreto Federal 4.340/2002, que estabelece as prioridades para a aplicação do montante:

“Artigo 33: A aplicação dos recursos da compensação ambiental de que trata o Art 36 da Lei 9.985/2000, nas unidades de conservação existentes ou a serem criadas deve obedecer a seguinte ordem de prioridade”:

- I – Regularização fundiária e demarcação das terras;
- II – Elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo;
- III – Aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento;
- IV – Desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova unidade de conservação;
- V – Desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação e zona de amortecimento.

Assim sendo, o presente relatório tem como objetivo fornecer subsídios para a continuidade da análise pela Câmara de Compensação Ambiental para a definição das Unidades que receberão os recursos da compensação ambiental.



Localização do Município de Campinas no Estado de São Paulo

4. Análise das Unidades de Conservação

4.1 APA Sousas e Joaquim Egidio

A Área de Proteção Ambiental Municipal de Campinas, ou APA de Sousas e Joaquim Egídio, foi decretada há alguns anos pela Prefeitura do Município de Campinas, SP, como uma estratégia para garantir o desenvolvimento sócio-econômico desta área, aliado à proteção de seu significativo patrimônio ambiental.

Este trabalho apresenta uma contribuição à implantação desta unidade de conservação, através da utilização de técnicas de geoprocessamento para geração, atualização e integração de informações sobre a área, aplicando e avaliando procedimentos e ferramentas metodológicas disponíveis de planejamento e gestão ambientais.

Criação: Projeto de Lei n° 25/95 e Projeto de lei n° 323/95.

Regulamentação: Não regulamentada.

Colegiado Gestor: COGEAPA.

Atributo (natural) a ser protegido:

- Recursos Hídricos - é uma das principais sub-bacias de contribuição do Rio Atibaia
- Cobertura Vegetal - nesta região existem cerca de 60% dos remanescentes de mata atlântica existentes no município de Campinas

4.3 ARIE Santa Genebra

VI) DECRETO FEDERAL No. 91.885, DE 05 DE NOVEMBRO DE 1985.

Declara como Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE a Mata de Santa Genebra, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Artigo 1º. – Fica declarada Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE, uma; área de terras com a extensão total de 2.517.759,00 m², denominada Mata Santa Genebra, localizada no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

5. Critérios para Alocação dos Recursos de Compensação Ambiental

Para o atendimento ao solicitado nesse item foi considerado o disposto no Artigo 33 (Capítulo VIII) do Decreto Federal nº 4.340/2002 que define que as atividades prioritárias para a aplicação dos recursos da compensação ambiental são:

I – Regularização fundiária e demarcação das terras;

II – Elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo;

III – Aquisição de bens e serviços necessários à implantação gestão, monitoramento e proteção da unidade compreendida sua área de amortecimento;

IV – Desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova unidade de conservação;

V – Desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação e zona de amortecimento

O quadro a seguir apresenta a síntese da aplicação dessas prioridades em função das unidades de conservação selecionadas e de suas características.

Quadro 5.1: - Critérios para definição da Aplicação da Verba de Compensação Ambiental

UC (prioridades)	Estação Ecológica (Valinhos)	APA (Sousas Joaquim Egidio).	ARIE (Santa Genebra)
I	Já possui, porém existe a possibilidade de uma retificação com aumento de uma área em torno de 2 ha	Não se aplica	Já possui
II	Aplicável	Aplicável	Aplicável
III	Sem plano de manejo	Sem plano de manejo	Possível utilização do recurso para essa prioridade.
IV	Não se aplica (prioridade para UC já existentes)	Não se aplica	Não se aplica

* Descrição das prioridades acima da tabela

Pelo exposto no quadro anterior pode-se concluir:

Prioridade I – Na Estação Ecológica de Valinhos, conforme consulta ao Responsável Engº. Paulo, existe a possibilidade de um aumento de área com a agregação de 2 hectares situados entre a estação ecológica e um condomínio, área essa que já foi reflorestada pela prefeitura municipal. Nas demais ou não se aplica (APA) ou já possuem toda demarcação necessária.

Prioridade II – As unidades em questão estão ou em fase de implantação ou gerenciando do manejo, portanto aplica-se esse recurso a todas as unidades indicadas.

Prioridade III – Para a ARIE de Santa Genebra, como já possui um plano de manejo a aquisição de bens e serviços podem ser pleiteados nessa alocação de recursos.

As demais prioridades não se aplicam nos casos estudados pela diretriz da SMA de privilegiar as unidades existentes e pela não implementação dos planos de manejo, o que dificulta a orientação de trabalhos de pesquisa ambiental nessas unidades.

Quadro 5.2 – valores propostos para cada UC.

UC – INDICADA	PRIORIDADES	VALOR	PORCENTAGEM
Estação ecológica – Valinhos	II	56.250,00	25%
ARIE Santa Genebra	II e III	56.250,00	25%
APA Sousas Joaquim Egidio - (prioridade)	II e III	112.500,00	50%

6. Propostas Preliminares de Alocação de Recursos

6.1 Proposta Estação Ecológica - Valinhos

Quadro 6.1 – Descrição das Prioridades

Prioridades	
I	Agregar uma área de aproximadamente 2 ha a estação ecológica
II	Implantar o plano de manejo

6.2 Proposta APA Sousas Joaquim Egidio

Quadro 6.2 – Descrição das Prioridades

Prioridades	
II	Implantar o plano de manejo
III	Aquisição de bens e serviços visando melhorar o plano de manejo

6.3 Proposta ARIE Santa Genebra

Quadro 6.3 – Descrição das Prioridades

Prioridades	
II	Revisão ou Implantação total do plano de manejo
III	Aquisição de bens e serviços visando melhorar o plano de manejo

6.4 Desembolso da Compensação

Independente da alternativa selecionada, o desembolso deverá se dar proporcionalmente à implantação das Fases do empreendimento conforme as Licenças de Instalação a serem emitidas pela SMA.

7. BIBLIOGRAFIA

- SMA, Atlas das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo, 2000.
- Instituto Florestal, www.iflorestsp.br acessado em junho/2005.
- Unidades de Conservação, disponível em <http://www.ambientebrasil.com.br>, acessado em maio e junho/2005.
- Parques Ecológicos, disponível em <http://daee.sp.gov.br>, acessado em junho /2005.
- ARIE Santa Genebra, <http://www.stagenebra.cnpm.embrapa.br/>
- APA Sousas e Joaquim Egidio, <http://www.apacampinas.cnpm.embrapa.br>

8. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Eric Storani – Eng.º Agrônomo
CREA: 5061031113